

Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro

Ano XII, Nº60 - Novembro/Dezembro de 2004

CONTROLADORIA FAZ BALANÇO DE QUATRO ANOS DE GESTÃO

Os programas criados e desenvolvidos na Controladoria Geral do Município (CGM); os sistemas implementados para melhorar o controle interno na Prefeitura do Rio de Janeiro e o monitoramento da aplicação do dinheiro público na gestão 2001-2004 do Prefeito Cesar Maia. Esses foram os pontos principais apresentados entre os meses de outubro e novembro pelos dirigentes de cada um dos oito setores da Controladoria. As apresentações serão reunidas no Relatório de Gestão 2001-2004, uma espécie de prestação de contas geral da CGM.

Em 2002, os dirigentes fizeram uma reunião para delinear as diretrizes e elencar os principais projetos a serem adotados. "Na oportunidade estabelecemos, dentre outros, os seguintes objetivos: implantar uma estrutura organizacional com enfoque em resultados e por núcleos de trabalho; fixar uma estrutura de sistema de informática interligado para apoiar as funções de controle interno; implementar auditorias com base em risco; preparar os profissionais da CGM para atingir níveis de excelência em controle interno no âmbito da administração governamental", destacou o Controlador Geral Lino Martins da Silva na abertura da série de apresentações. Para ele, "entre 2001 e 2004 houve uma verdadeira revolução na área de controle, com a extinção das gerências setoriais e a implantação do sistema de pré-auditoria".

As primeiras mudanças começaram ainda em 2001 com a criação da Coordenadoria de Normas e Informações Gerenciais (CIG), resultado da fusão de dois setores: a Assessoria de Informações Gerenciais e a Coordenação de Normas Técnicas. Desde então entre as atribuições da CIG estão: prover os administradores municipais de um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) como ferramenta de apoio ao processo decisório; estabelecer, manter e orientar as ações do sistema integrado de controle interno e disponibilizar mecanismos para a avaliação da gestão por meio de indicadores físicos e financeiros das metas dos programas de governo.

Em 2003, no processo de implantação dos objetivos pré-definidos, foram extintas as Gerências Setoriais e centralizado o processo de liquidação das faturas na própria Controladoria. A ação deu origem à Central de Liquidação, subordinada à Auditoria Geral. "A Central deu agilidade à liquidação e possibilitou a padronização do conhecimento, que hoje é sistêmico. Quando os processos chegam à Central não se está olhando apenas a Secretaria, mas o processo como um todo, como um sistema", diz a Auditora Geral Márcia Andréa Peres da Silva.



Os sistemas desenvolvidos na Controladoria passaram a servir como exemplo para administrações de outros municípios e estados que freqüentemente solicitam visitas para conhecer seu método de trabalho e programas. A matriz de risco da Auditoria Geral, por exemplo, foi um dos sistemas desenvolvidos no período e indica em quais órgãos da Prefeitura o controle deve se dedicar mais. Outro programa foi o Sistema de Preços Máximos e Mínimos (SPMm), que permite ao usuário consultar os preços pagos por determinado produto em áreas diversas da Prefeitura e assim tentar conseguir o menor preço possível junto ao distribuidor. Além de administrar o SPMm, o Gabinete do Controlador coordena a tabela de Gêneros Alimentícios e o projeto "Olhando a Prefeitura fazer", de mapeamento dos processos de algumas Secretarias para avaliar a eficiência das operações realizadas.

Técnicos da Contadoria Geral estiveram presente em diversos grupos de trabalho que discutiram, entre outros assuntos, o Fundef, a reestruturação de Secretarias, o salário-educação, a programação financeira municipal, o cadastro de licitações, o Fincon e o Novo Fincon. Este último foi implantado apenas no IplanRio e no Planetário, instâncias da administração utilizadas como pilotos antes da implementação nos outros setores da Prefeitura.

O servidor da CGM também foi incentivado a dar continuidade aos seus estudos, como por meio do projeto coordenado pela Superintendência de Recursos Humanos que criou duas vagas no mestrado de Ciências Contábeis da Uerj para os técnicos.

Duas versões atuais da página da Controladoria na web também entraram no ar nesse período de quatro anos de gestão. Hoje, o internauta tem acesso à prestação de contas da Prefeitura do Rio, acompanha auditorias realizadas e em andamento, consulta o Fincon, a legislação do Município, tabelas de preços, matérias de interesse geral e publicações próprias da CGM. A média de acessos à página que, em 2001, era de 4.250 consultas por mês saltou em 2004 para 45.030 acessos mensais.

Em outra frente, a Coordenadoria de Informática implantou softwares livres em 2004. A estimativa é gerar uma economia de R\$ 33 mil ao mês nos próximos dois anos. A área de informática também trabalha no desenvolvimento e no apoio técnico aos sistemas produzidos na Controladoria.



Especialista mostra como fraudes permeiam o cotidiano

Em livro composto por 12 ensaios primorosos, o economista americano John Kenneth Galbraith mostra como a economia ocidental moderna convive sem problemas ou culpas com o que identifica como "fraudes inocentes", que permeiam o cotidiano de qualquer cidadão, empresa ou instituição.

EDITORIAL

Entropia e Autofagia: patologias administrativas

Lino Martins da Silva
Controlador Geral do Município

A gestão do sistema de controle interno, assim como dos demais, está e estará sempre submetida às tendências da moderna administração pública. Por isso hoje é comum tratar da descentralização para maior flexibilidade das ações governamentais, da comparação entre serviço público e privado, do uso de indicadores, do envolvimento cada vez maior da comunidade nas decisões de governo e, finalmente, da abordagem contingencial que enfatiza a natureza múltipla das organizações tentando compreender como elas operam sob condições variadas e em circunstâncias específicas.

Para atender a estas tendências, os sistemas de controle não podem mais atuar com ênfase na apuração de responsabilidades legalmente estabelecidas a partir de uma estrutura burocrática verticalizada por força do orçamento e, em consequência, sem preocupação com os processos de trabalho responsáveis pela agregação de valor às ações do governo.

Dez anos depois da sua criação, a experiência da Controladoria Geral revelou que o sistema de controle interno municipal tendia, por um lado, ao isolamento da administração devido a exigências e interpretações extravagantes oriundas de um rígido controle dos processos licitatórios, de empenho e de liquidação. Em decorrência disto, assumia a responsabilidade de praticar atos que, na essência, caberiam aos gestores de cada área.

Ao operar desta forma, ainda que de modo não intencional, o sistema de controle caminhava para a ocorrência de duas patologias muito comuns nas organizações: a entropia e a autofagia. A primeira compreendida como um processo no qual o sistema tende à exaustão, desorganização, desintegração e, por fim à morte. A segunda caracterizada pela ação de autodigestão. Tal circunstância, mantida por muito tempo, poderia levar o corpo técnico ao "entendimento" de que a gestão do sistema não tem fronteiras, limites, pesos e contrapesos.

Infelizmente este processo ocorre ainda em diversos setores da administração pública. A experiência do sistema de controle deve servir como exemplo para outros sistemas de gestão cujos representantes julgam estar acima dos demais se esquecendo que, no setor público principalmente, em consequência do processo democrático, existe um sistema subliminar que podemos chamar de "sistema de limite ou de fronteira",

definido pela finalidade da organização.

Esta representa o limite na medida em que tal definição é articulada e determinante - do que está dentro e fora da organização. Tal tarefa é exclusiva do titular do Executivo na qualidade de guardião do sistema estratégico. A ele cabe conservar, limitar e controlar as informações. Para tanto deve manter e controlar de maneira ordeira e segura uma permeabilidade ótima: assim a organização manterá sob controle a estabilidade e a integridade.

A administração pública está repleta de exemplos de avanços sobre as competências - seja do titular do Executivo, seja dos demais setores da organização -, como é o caso das poderosas Secretarias de Planejamento, que ainda hoje persistem apesar de representar modelo oriundo do autoritarismo. Na versão moderna são as denominadas Secretarias de Gestão, como se a gestão pudesse ser tarefa de apenas um segmento da estrutura, para não falar de setores que desrespeitam os limites orçamentários que ensejam dificuldades administrativas, legais e até criminais.

Mantidos tais modelos estaremos adotando, entre tantas outras, mais uma ambigüidade da organização pública e transferindo para terceiros as ações de responsabilidade de cada gestor. Essas amostras são premissas de descontrole na interface que deve existir entre os diversos sistemas de gestão - como o financeiro, o tributário e o de controle. A melhor forma para evitar a predominância de um sistema sobre outro é o estímulo à atuação por macro-funções, que examinam a estratégia e distribuem as ações segundo especificidades e limites estabelecidos.

No caso do sistema de controle do Município do Rio de Janeiro, observou-se, após dez anos, que a interface estava descontrolada ou ambígua e que, se não fossem tomadas providências para a sua reestruturação, o sistema e a própria organização deixariam, em longo prazo, de possuir integridade abrindo-se a tal ponto que os seus defeitos poderiam não ser descobertos, tornando-se assim uma autêntica "caixa preta".

A situação conduziria a uma fase de entropia que levaria à ineficiência, à confusão, ao excesso de regras, ao aumento da burocracia, à redução de qualidade, à falta de estabilidade, à falta de identidade e de referência, além de gerar aumento de custos.

Por isso é preciso repensar a teoria das organizações aplicada à administração pública identificando a sua estrutura, integridade e reatividade, sem esquecer que - além de todos os sistemas e subsistemas - existe a fronteira, o entorno, que estabelece o limite das relações internas ou externas. Quando falha o sistema de limites, a organização segue o mesmo curso, em um processo que os teóricos denominam de "entropia".

Com a ausência de forças propulsoras e o aumento das forças restritivas a organização esgota suas energias em comportamentos não produtivos, geralmente evidenciados por conflitos e por preocupações com necessidades básicas e de sobrevivência que, eventualmente, entram em colapso. É fundamental portanto que os gestores estejam atentos para as patologias administrativas: estas revelam que, quanto mais organizado o sistema, menor será a sua entropia.

ENTREVISTA

Guy de Almeida Andrade

Economista, sócio da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes



Guy de Almeida Andrade é contador, formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e Administrador de Empresas pela Universidade Mackenzie. Possui 30 anos de experiência em auditoria, contabilidade, sistemas de controle interno, sistemas de custeio, avaliação de empresas e impostos. Como sócio da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes está encarregado dos departamentos de Auditoria e Consultoria Contábil. É membro do Board da International Federation of Accountants (IFAC) no triênio 2003-2006. Autor e co-autor de diversos trabalhos em concursos da profissão, palestrante em eventos profissionais e culturais, é membro do Conselho Editorial da Revista Razão Contábil e da Revista do CRC-SP.

Pre\$tando Conta\$ - Em artigo recente num jornal diário, o Sr. destaca a necessidade de padronização das normas contábeis como fator atrativo de investimentos estrangeiros. Constata também que os cursos de Ciências Contábeis não discutem as normas internacionais de Contabilidade. Poderia fazer um paralelo entre essa constatação e a proposta oficial de redução da carga horária dos cursos de ciências contábeis?

Guy de A. Andrade - Ensino não é área de minha militância, mas arrisco afirmar que o ensino no Brasil, nos três níveis, é muito deficiente, o que acaba tendo um efeito agregador e de progressão aritmética de falta de qualidade: os egressos do 1º Grau não adquirem os conhecimentos básicos e entram no 2º Grau sem a estrutura necessária. É fácil de perceber que o 2º Grau já está comprometido e a maioria dos estudantes que seguir para a Universidade entrará com deficiências de cultura e conhecimentos que impedem a total assimilação dos ensinamentos elementares dos cursos que escolherem. É de se concluir que a reforma do ensino precisa iniciar de baixo para cima, preparando futuras gerações para cursos de melhor qualidade. Mas no que diz respeito ao curso de Ciências Contábeis, no ambiente brasileiro a redução para três anos comprometerá ainda mais a qualidade que se pode esperar de um bacharel. Não há como argumentar que o conhecimento adicional poderá ser adquirido em cursos de pós-graduação, pois a média dos alunos tem problemas para pagar o curso normal e tal se agravará se dele for requerido curso de extensão.

Pre\$tando Conta\$ - Uma vez que a padronização ainda não se concretizou e, aparentemente, ainda levará algum tempo para que isso ocorra, haveria como destacar em quais aspectos a diferença de tratamento afeta, de fato, a análise por parte dos investidores?

Guy de A. Andrade - Do ponto de vista do mercado local, não há qualquer problema em continuarmos com normas nacionais. Todavia, uma característica da economia brasileira é a falta de poupança. Poupança é um dos recursos que ajudam no crescimento da economia. Diante dessa falta, só nos resta lançar mão da poupança externa. Isso foi o que motivou cerca de 40 empresas brasileiras que tem ADRs negociados na Bolsa de Nova York. O dinheiro do mercado de ações continua sendo um recurso barato. Essas empresas tiveram que gastar recursos para obter aconselhamento jurídico especializado para entender os riscos de outros países e as obrigações que estariam assumindo. Também investiram recursos para treinar seu pessoal para preparar demonstrações contábeis no padrão US GAAP. Mais recursos foram utilizados para obter um parecer de auditoria das demonstrações contábeis em US GAAP e realizadas segundo as Normas de Auditoria dos Estados Unidos. Esses custos seriam eliminados se o investidor viesse a comprar essas mesmas ações na Bovespa. O investidor, porém, não vai gastar tempo e energia para entender as Normas Brasileiras de Contabilidade. Se adotássemos no Brasil as Normas Internacionais, os balanços das empresas brasileiras seriam comparáveis aos das empresas européias e americanas e os investidores poderiam avaliar o risco e confiar em suas análises. Esse é um dos benefícios da adoção plena das Normas Internacionais de Contabilidade.

Pre\$tando Conta\$ - O debate sobre a padronização das regras contábeis já ocorre há algum tempo. Acredita que seria viável que, a partir da implantação das novas regras e durante um período, as empresas

apresentassem, em paralelo, as demonstrações de acordo com as regras antigas assinalando as principais alterações?

Guy de A. Andrade - Há uma proposta de que isso seja feito nos anos que antecedem as mudanças e nos anos subsequentes à ela. De fato, temos que dar tempo aos profissionais e investidores locais de assimilarem as diferenças e entenderem a nova prática.

Pre\$tando Conta\$ - Ao reconhecer que o Estado, grande investidor da década de 80, está atualmente com sua capacidade de investimento esgotada, o Sr. poderia fazer um paralelo com o projeto da PPP - Parceria Público Privada?

Guy de A. Andrade - As PPPs são uma alternativa para o Estado viabilizar investimentos em infra-estrutura, que é função do Estado. Como se sabe, o Estado brasileiro perdeu sua capacidade de investir em infra-estrutura. Os últimos investimentos relevantes foram feitos ainda no regime militar e, de lá para cá, a falta de recursos retirou-lhe o poder desse importante instrumento. O Congresso tem discutido com profundidade o tema das PPP e devem se impor certos controles que evitem o estabelecimento de parceiras absolutamente inviáveis. Nesse sentido, os auditores têm enorme contribuição para dar, pois os projetos a serem propostos ao governo ou pelo governo deverão ser "auditados" para garantir que as premissas utilizadas sejam factíveis e as conclusões adequadas. Da mesma forma, a execução dos projetos deveriam ser igualmente auditadas, de modo a garantir a realização nos termos propostos e planejados. Não resta dúvida que as PPPs podem ser instrumento de revitalização do ambiente brasileiro e garantidor do crescimento que almejamos.

Pre\$tando Conta\$ - O Sr. acredita que também deveria haver uma padronização em relação às regras adotadas pelo setor público?

Guy de A. Andrade - Esse é outro esforço em curso e que deve ser acompanhado. A IFAC (Federação Internacional de Contadores) mantém projeto de edição de normas de contabilidade do setor público custeado pelo Banco Mundial, que já apresentou um conjunto de Normas de Contabilidade para o Setor Público; Guias e Estudos. Esse conjunto já é adotado em alguns países, com marcante experiência na Austrália e na Nova Zelândia. No Brasil, há profissionais envolvidos no setor público que as conhecem e divulgam, mas nossas amarras legais impedem a modernização no processo de prestação de contas dos governos.

ENTREVISTA

Guy de Almeida Andrade

Economista, sócio da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes

Pre\$tando Conta\$ - Na reunião de novembro deste ano, a IFAC aprovou um conjunto de reformas para assegurar que a profissão contábil internacional responda ao interesse público. O que o Sr. teria a comentar sobre essas reformas?

Guy de A. Andrade - No início de novembro, em Paris, na França, aconteceu uma reunião do Board da IFAC, seguida da Assembléia Anual. A Assembléia tomou conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos diversos comitês técnicos da IFAC, aprovou o plano estratégico para 2005, o orçamento para o mesmo período, empossou o novo presidente - Graham Ward, do Reino Unido -, elegeu Fermin Del Valle, da Argentina, para o cargo de vice-presidente. A Assembléia ratificou a decisão do Board de constituir uma Força Tarefa para Países em Desenvolvimento, que deverá discutir alternativas para a melhoria do ambiente contábil desses países. Na oportunidade ocorreu, também, a formalização do Acordo com a Unctad - United Nations Conference on Trade and Development, para trabalharem em conjunto para conscientizar as nações e valorizar o papel da contabilidade no desenvolvimento de economias mais fortes. O Board aprovou vários documentos, entre os quais se destacam: Orientação Internacional sobre Contabilidade e Administração Ambiental; Desafios e Sucessos na implementação de Normas Internacionais: atingindo a convergência com as Normas Internacionais de Relatórios Contábeis; e Normas Internacionais de Auditoria. Aplicou-se grande

parte do tempo nas discussões relativas à implementação do processo de Regulamentação Compartilhada, que envolve a criação da Junta de Supervisão do Interesse Público - PIOB; mudanças na composição da Junta de Normas Internacionais de Auditoria e Certificação - IAASB, que inclui a presença de observadores e de membros não profissionais. Esse processo envolve, além da própria IFAC, a Comunidade Européia, o IOSCO, o Banco Mundial, o Fórum de Estabilidade Financeira, entre outros. Esse esforço de resgate da credibilidade da profissão visa também a adoção pela Comunidade Européia das Normas Internacionais de Auditoria.

Pre\$tando Conta\$ - Há informações de que os contadores dos Estados Unidos defendem, em certos casos, a aplicação das normas de contabilidade existentes naquele país, os US GAAP. Isso corresponde à realidade? Em caso positivo, como o IBRACON deverá tratar o assunto?

Guy de A. Andrade - Os Estados Unidos possuem uma tradição pragmática no processo de edição de normas de contabilidade. Suas normas são rígidas e avançadas, mas não podem ser consideradas como "o melhor" do conjunto normativo. Os escândalos havidos no início dos anos 2000 naquele país, por outro lado, desmistificou a estrutura contábil dos Estados Unidos e o FASB passou a discutir com o IASB no sentido de convergir as normas de cada um para um único conjunto, melhor e mais adequado. Esse não é um processo simples e esbarra em algumas resistências, mas as informações que temos dão conta que as principais dificuldades estão sendo sanadas e o projeto avança dentro das expectativas iniciais. Uma vez que várias empresas brasileiras possuem papéis na bolsa de Nova York, então apresentam suas demonstrações contábeis segundo os US GAAP, a convergência vai levar essas empresas a adotarem as IFRS, unificando-se a prática nos principais mercados do mundo. Nosso desafio é o de preparar nossa realidade contábil para as Normas Internacionais de Contabilidade e melhorar o fluxo de recursos para nosso País.

ENTREVISTA

Guy de Almeida Andrade
Economista, sócio da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes

Pre\$tando Conta\$ - Na reunião de novembro deste ano, a IFAC aprovou um conjunto de reformas para assegurar que a profissão contábil internacional responda ao interesse público. O que o Sr. teria a comentar sobre essas reformas?

Guy de A. Andrade - No início de novembro, em Paris, na França, aconteceu uma reunião do Board da IFAC, seguida da Assembléia Anual. A Assembléia tomou conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos diversos comitês técnicos da IFAC, aprovou o plano estratégico para 2005, o orçamento para o mesmo período, empossou o novo presidente - Graham Ward, do Reino Unido -, elegeu Fermin Del Valle, da Argentina, para o cargo de vice-presidente. A Assembléia ratificou a decisão do Board de constituir uma Força Tarefa para Países em Desenvolvimento, que deverá discutir alternativas para a melhoria do ambiente contábil desses países. Na oportunidade ocorreu, também, a formalização do Acordo com a Unctad - United Nations Conference on Trade and Development, para trabalharem em conjunto para conscientizar as nações e valorizar o papel da contabilidade no desenvolvimento de economias mais fortes. O Board aprovou vários documentos, entre os quais se destacam: Orientação Internacional sobre Contabilidade e Administração Ambiental; Desafios e Sucessos na implementação de Normas Internacionais: atingindo a convergência com as Normas Internacionais de Relatórios Contábeis; e Normas Internacionais de Auditoria. Aplicou-se grande parte do tempo nas discussões relativas à implementação do processo de Regulamentação Compartilhada, que envolve a criação da Junta de Supervisão do Interesse Público - PIOB; mudanças na composição da Junta de Normas Internacionais de Auditoria e Certificação - IAASB, que inclui a presença de observadores e de membros não profissionais. Esse processo envolve, além da própria IFAC, a Comunidade Européia, o IOSCO, o Banco Mundial, o Fórum de Estabilidade Financeira, entre outros. Esse esforço de resgate da credibilidade da profissão visa também a adoção pela Comunidade Européia das Normas Internacionais de Auditoria.

Pre\$tando Conta\$ - Há informações de que os contadores dos Estados Unidos defendem, em certos casos, a aplicação das normas de contabilidade existentes naquele país, os US GAAP. Isso corresponde à realidade? Em caso positivo, como o IBRACON deverá tratar o assunto?

Guy de A. Andrade - Os Estados Unidos possuem uma tradição pragmática no processo de edição de normas de contabilidade. Suas normas são rígidas e avançadas, mas não podem ser consideradas como "o melhor" do conjunto normativo. Os escândalos havidos no início dos anos 2000 naquele país, por outro lado, desmistificou a estrutura contábil dos Estados Unidos e o FASB passou a discutir com o IASB no sentido de convergir as normas de cada um para um único conjunto, melhor e mais adequado. Esse não é um processo simples e esbarra em algumas resistências, mas as informações que temos dão conta que as principais dificuldades estão sendo sanadas e o projeto avança dentro das expectativas iniciais. Uma vez que várias empresas brasileiras possuem papéis na bolsa de Nova York, então apresentam suas demonstrações contábeis segundo os US GAAP, a convergência vai levar essas empresas a adotarem as IFRS, unificando-se a prática nos principais mercados do mundo. Nosso desafio é o de preparar nossa realidade contábil para as Normas Internacionais de Contabilidade e melhorar o fluxo de recursos para nosso País.

Riba, a prática proibida no sistema financeiro islâmico

No pensamento islâmico - ao contrário do pensamento ocidental - não existe distinção entre juros e usura, situações em que os valores cobrados sobre empréstimos são extorsivos. Para os muçulmanos, a riba (pronuncia-se ribá) é uma prática ilícita condenada pelo Corão, o livro sagrado dos muçulmanos que orienta tanto a vida espiritual quanto a vida social de seus seguidores: os mundos laico e religioso são uma só coisa.

A razão para esta proibição data do século VII, quando a economia da Península Arábica tinha no comércio a sua atividade principal. Devido ao isolamento em que viviam, os mascates árabes sofriam com a falta de liquidez de suas mercadorias e o empréstimo de dinheiro com a cobrança de juros - prática muito difundida na época tornou-se prejudicial aos interesses das comunidades em que viviam.

As taxas cobradas pelos mascates eram excessivamente elevadas. Com isso, aumentavam o custo das mercadorias e desestimulavam o comércio. O Islã foi forçado a criar uma obrigação moral segundo a qual o dinheiro só poderia ser aplicado para fins de produção, em benefício próprio ou em prol da sociedade.

A concepção islâmica de valor do capital e de valor do trabalho difere em muito do entendimento no mundo ocidental cristão. O sistema financeiro islâmico tem como base uma divisão igualitária do risco entre credores e devedores, prática decorrente da proibição da cobrança de juros assim determinada no Corão: (...) você que tem fé, teme a Deus. Renuncie, se for crente, aos lucros que vos restam oriundos da usura. Caso não o faça, prepare-se para a guerra contra Deus e seu Profeta. Caso se arrependa, seu capital permanecerá. Não lese ninguém para não ser lesado".



Os economistas muçulmanos constataram que no sistema financeiro ocidental, os fundos de empréstimo disponíveis destinam-se, em grande parte, para aqueles que oferecem as melhores garantias de retorno. Assim deixam de contemplar projetos de maior interesse para a sociedade, em que o correto seria buscar sua 'mais valia social' e não somente sua 'mais valia econômica'.

No sistema bancário islâmico, o financiador teria, por exemplo, participação ativa na empresa que solicitou o empréstimo que, por sua vez, ofereceria uma divisão dos lucros futuros. A razão econômica do lucro não seria dessa forma somente a possibilidade de redistribuí-lo, mas sobretudo a estabilidade e o crescimento econômico dos quais as empresas devedoras se beneficiariam.

Muitos estudiosos acreditam que esta interpretação literal do Corão é restritiva, por isso recomendam uma leitura mais flexível do livro sagrado. A maioria, porém, entende que

a cobrança de juros e a especulação financeira devem ser proibidas, uma vez que as taxas de juros reduzem a oferta de capital e constituem entrave para o crescimento e o desenvolvimento de uma nação.

Este texto responde à enquete "**Você sabe o significado da palavra riba?**" disponível na página oficial da CGM entre outubro e dezembro de 2004.

O resultado foi: 15 pessoas responderam "sim", 45 "não" e 03 "em parte".

ESTANTE

Doze ensaios sobre fraudes imperceptíveis ao cidadão



A Economia das Fraudes Inocentes

John Kenneth Galbraith

São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 84p.

Aos 96 anos de idade John Kenneth Galbraith se mantém como um dos mais perspicazes e sensíveis críticos da economia mundial contemporânea. A prova mais recente da atualidade e pertinência das suas observações ao longo de décadas pode ser conferida no livro intitulado A Economia das Fraudes Inocentes, um conjunto de 12 textos breves precedidos por comentários do autor.

O economista americano viveu de perto os momentos mais importantes do século XX. Nascido em 1908 ocupou, em 70 anos de atividade profissional, cargos como o de diretor do Federal Reserve Bank, embaixador dos Estados Unidos na Índia e professor da Universidade de Harvard.

Na apresentação do livro, Galbraith chama a atenção para o fato de que, "para ser correto e útil, é preciso aceitar uma divergência permanente entre as crenças estabelecidas e a realidade. E no final, obviamente, é a verdade o que conta".

Por isso, o livro agora publicado é por ele considerado o resultado de um aprendizado "de muitos anos de confrontações, avaliações e usos dessa divergência, que me fizeram concluir que a realidade é mais obscurecida por preferências sociais e rotineiras e por vantagens pecuniárias pessoais ou de grupos - tanto em economia e política como em qualquer outra área".

A partir dessa constatação, o economista defende que na economia contemporânea aqueles que realmente mandam não são os proprietários, mas os executivos das grandes corporações ou instituições encarregados de administrar o patrimônio. Critica também os empresários ao afirmar que, "ignorando a realidade, a empresa moderna condena a palavra 'burocracia'. É coisa de governo. A administração empresarial, termo que se costuma tomar como referência, tem um tom ativista. Os membros da estrutura empresarial podem ser desnecessários, ineptos, egoístas, mas não são burocratas". E conclui mais à frente: "mais uma manifestação de fraude quase toda inocente".

Os pontos defendidos por Galbraith encontram eco em pelo menos duas situações reais por ele identificadas: a primeira, relativa ao poder dos economistas, é demonstrado pelos grandes grupos, que tendem a ser cada vez maiores se for levada em consideração a onda de fusões que ocorreu no mundo capitalista nas últimas décadas. A segunda situação, como ele mesmo diz no capítulo 4, trata do "enganoso" mundo do trabalho. Neste trecho do livro, Galbraith faz uso da sua experiência na academia para destacar que "é evidente a extensão e a profundidade da fraude inerente à palavra 'trabalho'. (...) Em todas as universidades respeitáveis, os professores limitam as suas horas de aula, e assim conseguem tempo livre para pesquisar, escrever ou ter idéias brilhantes durante seus anos sabáticos. Essa fuga do trabalho, como é considerada por alguns, não traz nenhum sentimento de culpa". Seria outra fraude inocente?

Estes são alguns exemplos de como o autor trabalha com o tema em livro de título ao mesmo tempo chamativo e intrigante, o que faz de A Economia das Fraudes Inocentes um trabalho cuja leitura possa ser recomendada a profissionais de qualquer área.

Organização civil americana defende a melhoria de políticas públicas

O Centro pela Integridade Pública (The Center for Public Integrity) é um exemplo de como funcionam as inúmeras organizações civis que existem nos Estados Unidos formadas por grupos da sociedade interessados em defender e acompanhar a evolução de diversos setores do país - entre os quais a política, a economia, a mídia, as telecomunicações, a segurança, etc.

Organização apartidária e sem fins lucrativos, sediada em Washington, DC, o Centro pela Integridade Pública pesquisa e produz reportagens investigativas sobre políticas públicas praticadas tanto nos Estados Unidos como em outros países. O Centro foi criado em 1989 com a proposta de contribuir para uma informação de qualidade para o público, que - bem informado - teria condições de exigir um alto nível de confiabilidade governamental.

Fundado por Charles Lewis, respeitado repórter investigativo com 11 anos de experiência em duas das maiores redes de televisão americanas, ABC e CBS - nesta última foi produtor de um dos programas de maior credibilidade e audiência junto aos telespectadores americanos, o semanal 60 minutes -, e por Susan Loenwenberg, produtora radiofônica com passagem por emissoras como a National Public Radio (NPR), a BBC e a Voz da América.

Em 1997 o Centro pela Integridade Pública expandiu a sua atuação no exterior com a criação do Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo, uma rede que reúne 92 repórteres e editores investigativos em 48 países. A equipe trabalhou em várias reportagens sobre temas diversos, como crime organizado, tráfico de armas, terrorismo, política militar americana, direitos humanos, entre outros. Outro projeto internacional do Centro chama-se Acesso Global. Iniciado em 2001, tem por objetivo rastrear e acompanhar sistematicamente as leis e o grau de confiabilidade da sua aplicação em vários países.

Em cerca de uma década e meia de atividade, o Centro produziu 12 livros, centenas de reportagens investigativas e teve seu trabalho reconhecido por várias organizações profissionais. Em 2004, o livro-reportagem Windfalls of War, que trata dos contratos firmados pelo governo americano no Iraque e no Afeganistão no período pós-guerra, venceu o Prêmio George Polk, uma das mais tradicionais premiações de jornalismo dos Estados Unidos, na categoria online.

A mais recente publicação do Centro pela Integridade Pública é o livro The Buying of the President - 2004. Editado a cada período eleitoral, aborda a ligação entre os candidatos a presidente dos Estados Unidos e seus financiadores de campanha, bem como o retorno esperado em troca do apoio eleitoral. Único no gênero, The Buying for President 2004 traça o perfil dos principais candidatos à presidência por meio do relato das trajetórias individuais.

Uma demonstração do prestígio e da credibilidade conquistados pelo Centro pela Integridade Pública é o número crescente de citações e demanda, pela mídia de massa, por acadêmicos e pelo público em geral, das suas reportagens investigativas. A qualidade do trabalho apresentado pelo centro contribuiu para consolidar a sua atuação institucional na capital americana e em outros países.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Maria das Graças Louzada

Redação: Maria das Graças Louzada e Aline Thomaz
Edição de Arte: Fernando Sperandio
Ilustração: Zope
Versão Online: Giovanni Vivacqua Menezes